

# OBSERVARE 2<sup>nd</sup> International Conference

2 - 3 July, 2014

## II Congresso Internacional do OBSERVARE

2 - 3 Julho, 2014



## Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



## **A Dimensão Económica da Segurança Humana: uma reflexão nos Países Desenvolvidos**

### **Resumo**

Focada na proteção dos indivíduos e nas suas necessidades, a Segurança Humana tem vindo a apresentar especial interesse na arena internacional. Com a atual conjuntura de crise económica internacional, que se refletiu particularmente nos Estados-Membros da União Europeia, surgem novas ameaças que apresentam um carácter socioeconómico, onde o desemprego tem vindo a suscitar especial preocupação. A dimensão económica da Segurança Humana, visa proteger os indivíduos e as famílias face a mudanças socioeconómicas abruptas, como o caso da crise. Define-se como a garantia de sustentabilidade económica mínima para o indivíduo ou famílias, exigindo um rendimento mínimo garantido, quer por trabalho remunerado ou por redes de proteção social financiadas pelo Estado. Neste contexto, criar condições de segurança aos indivíduos e protegê-los destas vulnerabilidades socioeconómicas é imperativo, e como tal, uma reflexão sobre a dimensão económica da Segurança Humana nos países desenvolvidos revela particular interesse dado que, o impacto da crise e as políticas de austeridade aplicadas para combater a presente crise evidenciam além de instabilidade económica também insegurança económica aos indivíduos. A atual crise económica tem revelado também um impacto no que respeita aos Direitos Humanos Fundamentais, em particular aos direitos económicos e sociais dos cidadãos. As populações deparam-se com a expansão do desemprego, assistindo ao declive do seu poder económico e meios de sobrevivência.

**Palavras-Chave:** Segurança Humana; Segurança Humana Económica; União Europeia; Crise Económica; Direitos Humanos Fundamentais.

**Cláudia Barbosa** [claudia.viana.barbosa@gmail.com]

Licenciada em Fiscalidade pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Pós-Graduada em Sistema de Normalização Contabilística também pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Técnica Oficial de Contas. Mestranda de Relações Internacionais da Universidade do Minho. Os interesses de investigação centram-se na Segurança Internacional, Segurança Humana, União Europeia, Economia, Direitos Humanos.

## **Introdução**

O mundo está em constante mutação e com ele o entendimento de segurança. Desde a década de 70 que se tem vindo a reformular o conceito de segurança. O conceito clássico de segurança tradicionalmente centrada no Estado alarga horizontes a nível académico abrindo caminho para conceções de segurança mais cooperativa e abrangente. Com o final da Guerra Fria e a crescente globalização, são introduzidos no Sistema Internacional “novas ameaças” e “novos atores”. Estas ameaças e atores adquirem um caráter transfronteiriço, sendo estes fatores cruciais na mudança do paradigma de segurança. Na década de 90 surge a necessidade de focar o indivíduo enquanto sujeito de segurança, deixando o Estado de ser protagonista nesse papel. É neste contexto que são dados os primeiros passos na formulação do conceito de Segurança Humana (SH).

Atualmente, vivemos num clima de instabilidade económica, financeira e social. A crise económica iniciou-se nos EUA com a falência do banco Lehman Brothers em 2008-2009. Dadas as ligações fortes existentes entre os Estados Unidos e a Europa, inevitavelmente esta crise ecoou-se na União Europeia (UE), particularmente na Zona Euro. O atual cenário de crise económica tem exercido uma forte pressão na economia e nos mercados de trabalho da UE, particularmente na Zona Euro, onde se verificam políticas demasiado centradas em austeridade e reformas estruturais que se baseiam em despedimentos, cortes salariais e cortes nos direitos laborais. Consequentemente, a UE depara-se com um elevado aumento do desemprego, o que, inevitavelmente, se traduz numa insegurança económica e numa potencial crise social devido ao descontentamento das populações que veem os seus direitos humanos fundamentais comprometidos.

Neste mesmo contexto, um outro quadro tem sido discutido em torno desta crise económica, nomeadamente sobre o impacto da crise e das medidas de austeridade face aos direitos humanos fundamentais. A implementação de medidas de austeridade nos Estados-Membros da UE questiona a integridade do ser humano traçando um cenário de comprometimento e violação dos direitos económicos e sociais dos cidadãos europeus. Assim sendo, esta instabilidade económica pode também traduzir-se num clima de insegurança económica para os cidadãos pois assistem ao acometer dos seus direitos.

No âmbito da UE, o Tratado de Amesterdão e o Tratado de Lisboa efetivaram-se como um marco na história da UE. Se por um lado o Tratado de Amesterdão tinha como um dos objetivos fazer do emprego e dos direitos dos cidadãos o ponto central da União, por sua vez o Tratado de Lisboa veio conferir valor jurídico à Carta dos Direitos Fundamentais, e como tal, o respeito tanto das instituições como dos Estados-Membros pelos direitos consagrados na Carta e assim proteger os cidadãos. No entanto, a crise que se propaga pela UE que se traduz em elevadas taxas de desemprego e em constantes medidas de austeridade comprometem estes direitos económicos e sociais dos cidadãos e como tal é pertinente analisar esta situação e verificar de que forma tem afetado individualmente os cidadãos. Sobre a questão do emprego, a UE lançou em 2010 a Estratégia Europa 2020 que é orientada por um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta tem como objetivo primordial assegurar a saída da crise da UE, e sendo o emprego uma situação imperativa é parte integrante desta, a Estratégia Europeia de Emprego.

## Conceito de Segurança Humana

A década de 90 aduziu a um novo paradigma do conceito de segurança. Durante o século XX, o conceito de segurança era predominantemente focado na Segurança Nacional, associado à proteção dos Estados. Com o final da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e a crescente globalização, são introduzidas no Sistema Internacional novas ameaças e com caráter transfronteiriço, sendo estes fatores cruciais na mudança de paradigma, (Amouyel, 2006; Tadjbakhsh; Chenoy 2007). É neste contexto que o conceito de SH surge.

O conceito de SH é identificado pela primeira vez no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994, no Relatório de Desenvolvimento Humano. Surge como um “valor acrescentado” à segurança mais tradicional, visando focar o indivíduo e as suas necessidades e vem dar respostas a questões consideradas pertinentes no âmbito da segurança dando um maior contributo nos estudos da segurança: (i) “Segurança de quem?” – a SH foca-se em valores como a dignidade, igualdade e solidariedade dos indivíduos; (ii) “Segurança do quê?” – para além das ameaças da violência, a SH preocupa-se com o bem-estar do indivíduo e na proteção de ameaças socioeconómicas (rendimento insuficiente, desemprego, segurança no emprego, saúde, habitação e educação), pessoais (para além da criminalidade, perceções e medos individuais), ambientais (aumento da vulnerabilidade das pessoas com as degradações ambientais) e política (violação dos direitos humanos e civis); (iii) “Segurança com que meios?” – as ameaças devem ser tratadas num contexto global quando as soberanias nacionais perdem relevância (Tadjbakhsh e Chenoy, 2007).

O relatório define a SH primeiramente como a “segurança de ameaças crônicas como a fome, a doença e a repressão” e, em segundo lugar como “proteção contra interrupções súbitas e prejudiciais nos padrões de vida diários, seja em casa, no trabalho ou nas comunidades”, e caracteriza sete ameaças à SH, sendo elas segurança económica, segurança alimentar, segurança da saúde, segurança ambiental, segurança pessoal; segurança comunitária e segurança política. Também o Relatório PNUD pressupõe duas abordagens distintas de SH: “abordagem restrita” ou “*freedom from fear*”, que visa proteger as pessoas das guerras, genocídios, limpezas étnicas, armas nucleares, terrorismo e a e a “abordagem ampla” ou “*freedom from want*”, que procura libertar a Humanidade da pobreza e supressão como a fome, as doenças, os desastres naturais, desigualdades sociais e o subdesenvolvimento.

Contudo, a questão “O que é a SH?” perdura e ainda sem uma resposta unânime. Sujeita a múltiplas interpretações, a SH tornou-se um conceito ambíguo, alvo de críticas e de uma certo ceticismo quanto à sua operacionalização e utilidade.

Múltiplos estudos académicos sobre o conceito foram elaborados, variados relatórios sobre a sua aplicação foram publicados e muitos programas de SH foram criados. A SH continua a ser um conceito contestado e não consensual, não existindo uma única definição, quadro de ideias (*framework*) ou agenda política, pois engloba para além de um conteúdo com diversos domínios uma diversidade de atores, o que, por si só, demonstra a multiplicidade de definições. A SH lida com a capacidade de identificar, evitar (quando possível) e atenuar as ameaças contra as pessoas quando estas ocorrem.

Abordando uma definição mais contemporânea de SH, são muitos os atores (governos, organizações internacionais, investigadores e Organizações Não-Governamentais) que utilizam a SH com diferentes propósitos e também definições. A UE, o Canadá, o Japão, as Nações Unidas e vários investigadores têm uma definição diferente do termo SH, que varia entre o termo mais restrito de prevenção de violência a

uma visão ampla e abrangente que engloba desenvolvimento, direitos humanos e a segurança tradicional (Tadjbakhsh e Chenoy, 2007). Porém, o fato de não existir uma definição única e universal, torna-a alvo de críticas pela falta de uma definição comum e como tal ambígua. Sobre a perspectiva dos estudiosos e *policymakers* a SH constata-se como uma ideia atrativa mas com falta de rigor, limitada a uma definição restrita e uma ferramenta para entendimento dos desafios contemporâneos sobre a dignidade e o bem-estar das pessoas. Na ótica dos académicos as opiniões dividem-se entre os defensores e os detratores do conceito e entre a conceptualização ampla e restrita do conceito. (Tadjbakhsh e Chenoy, 2007).

No contexto deste projeto será dada particular ênfase à abordagem ampla da SH, uma vez que evidencia a problemática das vulnerabilidades socioeconómicas assim como a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos indivíduos (Comissão Segurança Humana, 2003).

### **A dimensão económica da Segurança Humana**

No âmbito desta investigação explorar-se-á exclusivamente a componente económica de SH. Tal escolha justifica-se pela conjuntura económica atualmente vivida no panorama mundial e particularmente pela crise económica vivida no seio da UE.

Antes de analisar o conceito de Segurança Económica enquanto componente de SH, é importante referir que Segurança Económica, num cômputo geral de segurança, não se aplica somente à segurança dos indivíduos, mas também à segurança dos Estados e as suas relações económicas com o mundo. O conceito de Segurança Económica é “extremamente controverso e politizado”, existindo uma ligação direta entre a estrutura política da anarquia e a estrutura económica do mercado (Buzan et al 1998: 95). Segundo Dent a Segurança Económica “visa salvaguardar a integridade estrutural e a capacidade de gerar prosperidade e interesses de uma entidade político-económica no contexto de vários riscos exteriorizados e ameaças que o confrontam no sistema económico internacional” (Dent 2007: 204). Para melhor entender esta análise de SE, Dent identifica dois níveis: nível micro e nível macro. Podem ser entendidos como predominantemente internas (nível micro) ou internacionais (nível macro), sendo que o primeiro se concentra em indivíduos, famílias e comunidades, preocupando-se essencialmente com os seus meios de sobrevivência, e o segundo se relaciona com a Política Externa Económica e os seus compromissos com o sistema económico mundial.

Destes dois níveis, o micro evidencia um elo de ligação com a SE enquanto componente de SH. Uma análise microeconómica de segurança, compreende características como: a segurança e estabilidade nos empregos; acesso a comida, água e abrigo estáveis; alojamento; estabilidade e salários justos; educação; ambiente de estabilidade macroeconómica do Estado e a minimização da pobreza absoluta e relativa.

Por sua vez, o conceito de Segurança Económica (SE) enquanto componente de SH apresentado no PNUD (1994), define a SE como a garantia de sustentabilidade económica mínima para o indivíduo ou famílias, exigindo uma renda mínima garantida, quer por trabalho remunerado ou por redes de proteção social financiadas pelo Estado. Visa proteger os indivíduos e as famílias face a mudanças socioeconómicas abruptas (Comissão de Segurança Humana, 2003).

O relatório “Segurança Humana, Agora” de 2003 da Comissão de Segurança Humana, vem dar especial atenção às vulnerabilidades socioeconómicas das populações. Para além de identificar as situações de pobreza crónica como ameaça à SH, também aponta as crises económica abruptas e repentinas, as catástrofes naturais e

o impacto social das crises como uma ameaça à integridade dos indivíduos e, consequentemente à SH. Pretende satisfazer as necessidades básicas e garantir num nível social e económico mínimo. Assim sendo, identifica três situações de insegurança económica que afetam regularmente a SH: escassez de recursos económicos, instabilidade dos fluxos económicos e perdas patrimoniais; três tipos de crises: económica, desastres naturais e conflitos e quatro prioridades de ação política para promover a SH: incentivar o crescimento que atinge a pobreza extrema, apoiar meio de vida sustentável e o trabalho decente, prevenir e conter os efeitos das crises económicas e desastres naturais e fornecer proteção social para todas situações.

Em suma, a Segurança Humana Económica (SHE) visa garantir a proteção das pessoas perante situações de crise, acentuando esforços de forma a assegurar um nível de vida sustentável. As ameaças à SHE relacionam-se com os meios de obtenção de rendimento (desemprego, trabalho precário) e com a escassez dos recursos económicos e são caracterizadas como vulnerabilidades socioeconómicas.

### **Problemática da Investigação**

A crise económica que se propaga pela UE traduz-se em elevadas taxas de desemprego e em constantes medidas de austeridade e como tal é pertinente analisar esta situação e verificar de que forma tem afetado individualmente os cidadãos. Por sua vez a UE adotou a SH como uma “doutrina” para a Política Europeia de Segurança e Defesa em 2003, preocupando-se com emergências humanitárias e crises dos Direitos Humanos relacionados com ameaças como o terrorismo, proliferação de ADM’s, conflitos regionais e Estados falhados. No entanto, o que se pretende com esta investigação é verificar se internamente a SH é adotada e promovida tanto pelos Estados-membros como pela UE nas suas estratégias de segurança.

Esta situação, verificar-se-á a partir da formulação da seguinte questão:

*“ Tem a UE sido provedora de Segurança Económica Humana ao nível do emprego salvaguardando os Direitos Económicos e Sociais? ”*

Com esta questão serão traçados os seguintes objetivos:

- ✓ Analisar a Segurança Económica Humana e suas implicações para a Segurança Humana na questão do emprego e dos direitos fundamentais nos países desenvolvidos que, em cenário de crise económica, se tem revelado uma ameaça à SH e as populações têm sido alvo de vulnerabilidades socioeconómicas;
- ✓ Verificar se os indivíduos se sentem seguros economicamente neste contexto de crise;
- ✓ Analisar o impacto da crise nos indivíduos e no seu dia-a-dia;
- ✓ Verificar se a EU e os Estados-Membros têm sido provedores de SH.

### **Considerações Finais**

Sobre a questão do emprego, a Comissão Europeia lançou em 2010 a “Estratégia Europa 2020”, inspirando a criação da “Estratégia Europeia de Emprego”. Esta

estratégia é orientada para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e tem como objetivo primordial assegurar a saída da crise da UE. Propõem combater o desemprego e garantir segurança às populações através de estratégias que proporcionem aos indivíduos os seus meios de subsistência.

No entanto, a implementação de políticas de austeridade revelou um impacto nos direitos fundamentais dos cidadãos, repercutindo-se particularmente nos direitos económicos e sociais das populações mais vulneráveis, evidenciando falhas em termos do cumprimento dos direitos humanos fundamentais. A crise económica e as políticas de austeridade aplicadas pelos Estados-Membros da UE, levaram a uma profunda crise social também e ameaçam “corroer” os direitos económicos e sociais dos cidadãos. Perante esta situação, é pertinente analisar pormenorizadamente o impacto que a crise revelou e tem revelado nos cidadãos comuns da UE, uma vez que quer a UE quer os Estados-Membros apenas se têm focado no impacto da crise nos mercados financeiros e não têm analisado o impacto desta crise no quotidiano dos cidadãos europeus. Por sua vez, os cidadãos da EU, confrontados com as consequências da crise económica nas suas vidas diárias, não tardaram em demonstrar preocupação, medo e instabilidade económica e social. Assim sendo, é imperativo que a UE coloque o cidadão no ápice da sua ação e deva trabalhar para o seu bem-estar e segurança, tendo em especial consideração os direitos fundamentais como o emprego que, atualmente é a situação que mais instabilidade económica provoca aos cidadãos.

Sendo a crise económica uma vulnerabilidade socioeconómica identificada no relatório de SH, revela-se imperativo uma análise sobre a proteção dos indivíduos e da operacionalização da SH no seio da UE.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

- Comissão Europeia (2010). “Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”. Acedido em 12 setembro de 2013. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF>
- Comissão sobre Segurança Humana (2003). *Human Security Now*. Acedido em 6 outubro de 2013. Disponível em: <http://www.unocha.org/humansecurity/chs/finalreport/index.html>
- Eurostat (2013). Estatísticas de desemprego. Acedido em 2 outubro 2013. Disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Unemployment\\_statistics](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics)
- PNUD (1994). *Human Development Report 1994 – New Dimensions of Human Security*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994. Acedido em 6 setembro 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/chapters/>
- União Europeia (2000). Carta do Direitos Fundamentais da União Europeia. Acedido em 2 setembro 2013. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)
- União Europeia (2010). “Estratégia de segurança interna da União Europeia Rumo a um modelo europeu de segurança”. Acedido em 20 setembro de 2013. Disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/librairie/PDF/QC3010313PTC.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/QC3010313PTC.pdf)
- União Europeia (1997). Tratado de Amesterdão. Acedido em 2 setembro 2013. Disponível em: [http://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/amsterdam\\_pt.pdf](http://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/amsterdam_pt.pdf)
- União Europeia (2007). Tratado de Lisboa. Acedido em 2 setembro 2013. Disponível em: [http://europa.eu/lisbon\\_treaty/full\\_text/index\\_pt.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/full_text/index_pt.htm)

### Fontes Secundárias

- AA.VV. (2004). *Economic Security for a Better World. ILO Socio-Economic Security Programme*. Geneva : International Labour Office
- Amouyel, Alexandra (2006). “What is Human Security?” *Human Security Journal*: 10-23. Acedido em 9 setembro de 2013. Disponível em: <http://www.globalgovernancewatch.org/resources/what-is-human-security>
- Bellamy, Alex e Matt McDonald (2002). “The Utility of Human Security: Which Humans? What Security? A Reply to Thomas & Tow.” *Security Dialogue* 33(3): 373-377
- Buonanno, Laurie e Neil Nugent (2013). *Policies and Policy Processes of the European Union*. New York: Palgrave Macmillan
- Buzan, Barry (1991). *People, States & Fear – An Agenda for International Security Studies in the Post-cold War Era*. London: Harvester Wheatsheaf
- Buzan, Barry, Ole Waever e Jaap de Wild (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder/London: Lynne Rienner Publishers.
- Dent, Christopher M. (2007). “Economic Security” in *Contemporary Security Studies*, ed, Alan Collins, 204-221. Oxford: Oxford University Press
- Glasius, Marlies (2008). “Human Security from Paradigm Shift to Operationalization: Job Description for a Human Security Worker”. *Security Dialogue*, 39 (1): 31– 54.



- Acedido em 10 outubro de 2013. Disponível em:  
<http://sdi.sagepub.com/content/39/1/31.abstract>
- Glasius, Mariles e Mary Kaldor (2006). *A Human Security Doctrine for Europe: Project, Principles, Practicalities*. Oxford: Routledge
- Jones, Erik et al. (2012). *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford: Oxford University Press
- Kerr, Pauline (2006). "Human Security". In *Contemporary Security Studies*. ed. Alan Collins, 96-106. Oxford: Oxford University Press.
- Macfarlane, S. Neil e Yuen Foong Khong (2006). *Human Security and the UN: a Critical History*. United Nations Intellectual History Project Series. Bloomington: Indiana University Press.
- Tadjbakhsh, Shahrbano e Anuradha M. Chenoy (2007). *Human Security: Concepts and Implications*. London: Routledge.
- Thomas, Nicholas e William T. Tow (2002). "The Utility of Human Security: Sovereignty and Humanitarian Intervention." *Security Dialogue* 33(2): 177-192.
- Paris, Roland (2001). "Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?" *International Security* 26 (2): 87-102. Acedido em 9 setembro 2013. Disponível em:  
<http://aix1.uottawa.ca/~rparis/Paris.2001.IS.Human%20Security.pdf>
- \_\_\_\_ (2004). "Still an Inscrutable Concept", in *What is Human Security?*, ed, P. Burgess & T. Owen. Comment by 21 Authors. *Security Dialogue* 35 (9): 370-2